

Hospital de Egas Moniz, S. A., respectivamente de 5 de Setembro e de 28 de Outubro de 2005:

Maria Manuela de Oliveira Campos Cabral de São Bento, técnica profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal do Hospital de Egas Moniz, S. A., a exercer funções em regime de requisição na Polícia Judiciária — transferida como especialista auxiliar do escalão 1 para o quadro de pessoal da Polícia Judiciária.

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Novembro de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Instituto Nacional de Medicina Legal

Rectificação n.º 1927/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 216, de 10 de Novembro de 2005, o aviso n.º 9946/2005, relativo à abertura do concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de assistente administrativo especialista para o Gabinete Médico-Legal de Castelo Branco, rectifica-se que onde se lê «5.2 — Requisito especial — ser detentor da categoria de assistente administrativo há, pelo menos, três anos com classificação de serviço não inferior a *Bom*» deve ler-se «5.2 — Requisito especial — ser detentor da categoria de assistente administrativo principal há, pelo menos, três anos com classificação de serviço não inferior a *Bom*».

É concedido novo prazo de 10 dias úteis, contado da data desta publicação, para apresentação de candidaturas, sem prejuízo das candidaturas já apresentadas, desde que cumpram os requisitos exigidos na redacção rectificadora do n.º 5.2 do aviso.

11 de Novembro de 2005. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Aviso n.º 10 660/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro de 12 de Novembro de 2005:

Maria Helena do Carmo Mendes Pinto e Rodrigo Filipe Dias Ferreira — nomeados definitivamente na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior, precedendo reclassificação profissional com dispensa do respectivo estágio de acordo com o n.º 5 do Acórdão n.º 100/98-05/05-1.º S/SS, para o quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, com efeitos a 5 de Julho de 2005.

12 de Novembro de 2005. — A Administradora, *Maria Isabel Azevedo*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção Regional da Economia do Algarve

Aviso n.º 10 661/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 11 de Novembro de 2005:

Alice Maria Afonso Ferreira Rocha, assistente administrativa, 3.º escalão — promovida, precedendo concurso, para a categoria imediata de assistente administrativo principal (2.º escalão, índice 233), nomeação definitiva, do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Algarve do Ministério da Economia, actual Direcção Regional da Economia do Algarve, do Ministério da Economia e da Inovação, após confirmação de cabimento orçamental pela 9.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento. A nomeação produz efeitos a partir da data da aceitação, considerando-se exonerada da categoria ante-

rior a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Novembro de 2005. — O Director Regional, *Francisco José Mendonça Pinto*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 24 290/2005 (2.ª série). — A comissão consultiva do Sistema Integrado de Protecção contra as Aleatoriedades Climáticas (SIPAC) foi criada nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 20/96, de 19 de Março.

A comissão consultiva considera-se constituída logo que o seu presidente seja designado pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

O despacho n.º 18 492/2003 (2.ª série), de 26 de Setembro, designou em substituição do engenheiro Joaquim Manuel Melo Silva Sampaio a Dr.ª Isabel Câmara Pestana.

Tendo em conta que a Dr.ª Isabel Câmara Pestana cessou funções no Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas, importa proceder à sua substituição.

Assim, ao abrigo do disposto do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 20/96, de 19 de Março, determino que seja designado presidente da comissão consultiva do Sistema Integrado de Protecção contra as Aleatoriedades Climáticas e representante do Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas o engenheiro agrónomo Carlos Alberto Amado Pereira da Silva.

27 de Agosto de 2005. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Despacho n.º 24 291/2005 (2.ª série). — Nos termos dos n.ºs 3 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado para exercer em comissão de serviço o cargo de subdirector do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 74/96, de 18 de Junho, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 246/2002, de 8 de Novembro, e 80/2004, de 10 de Abril, e pela Declaração de Rectificação n.º 38/2004, de 13 de Maio, o licenciado em Agronomia Rui da Câmara Homem de Noronha.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão do visado, tem ainda como suporte o respectivo currículo.

7 de Novembro de 2005. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Nota relativa aos currículos académico e profissional do licenciado Rui da Câmara Homem de Noronha

Currículo académico:

Licenciado em Agronomia pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa (1977);

Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (1997).

Currículo profissional:

Chefe de divisão dos Assuntos Multilaterais no Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e no Instituto da Cooperação Portuguesa desde Setembro de 2001. Responsável pela participação portuguesa e pela gestão das contribuições nacionais para as organizações internacionais e mecanismos dos sistemas multilateral de ajuda pública ao desenvolvimento; colaborou na preparação das posições nacionais para a cimeira de alto nível da Assembleia Geral das Nações Unidas de 14 a 16 de Setembro de 2005 (Cimeira do Milénio +5), a conferência internacional sobre financiamento do desenvolvimento (Conferência de Monterrey) e a cimeira internacional sobre desenvolvimento sustentável (Cimeira de Joanesburgo); Chefe de divisão para as Relações da União Europeia com os países terceiros mediterrânicos, na Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, de Agosto de 2000 a Setembro de 2001. Acompanhamento das matérias relacionadas com o Processo de Barcelona (acordos de associação da União Europeia com

- os parceiros mediterrânicos e questões comerciais) e representante nacional no Comité MED;
- Conselheiro agrícola, em comissão de serviço, na Embaixada de Portugal em Roma, durante a Presidência Portuguesa da União Europeia no 1.º semestre de 2000. Preparação da coordenação comunitária sobre as matérias das agências das Nações Unidas com sede em Roma (FAO, PAM e IFAD);
- Assessor principal na Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários. Em 1999, acompanhou as matérias relativas aos acordos de associação da União Europeia com os países terceiros mediterrânicos e ao acordo de cooperação da União Europeia com os países do Golfo. De 1997 a 1999, acompanhou as negociações da Agenda 2000 e os assuntos relativos aos fundos estruturais e fundo de coesão;
- Chefe da Divisão das Relações Comerciais Externas no Instituto dos Mercados Agrícolas e Indústria Agro-Alimentar do Ministério da Agricultura entre Abril de 1993 e Fevereiro de 1997. Acompanhamento e preparação da posição do Ministério nas negociações comerciais da União Europeia com os diferentes parceiros e das negociações no âmbito da OMC;
- Chefe da Divisão dos Assuntos Agrimonetários e Agrofinanceiros da Direcção-Geral dos Mercados Agrícolas e Indústria Agro-Alimentar do Ministério da Agricultura (1991-1997). Acompanhamento das questões orçamentais relativas ao FEOGA, secção Garantia, e das questões agrimonetárias;
- Chefe de divisão na Direcção de Serviços da Agricultura e Pescas da Direcção-Geral das Comunidades Europeias do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1989-1991).

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Aviso n.º 10 662/2005 (2.ª série). — *Mobilidade de pessoal — requisição/transferência (M/F).* — Nos termos dos artigos 25.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, faz-se público que a Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura pretende admitir, em regime de requisição ou transferência, um funcionário pertencente à carreira de motorista de ligeiros com vínculo à administração pública central.

Os interessados deverão enviar, no prazo de 10 dias úteis contados a partir da presente publicação, *curriculum vitae* detalhado para a Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, Departamento de Administração Geral, Avenida de Brasília, Edifício DGPA, 1449-030 Lisboa.

10 de Novembro de 2005. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior

Aviso n.º 10 663/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que se encontra aberto procedimento concursal para provimento dos cargos de direcção intermédia de 1.º grau a seguir indicados, constantes do mapa III a que se refere o n.º 2 do artigo 39.º do Decreto Regulamentar n.º 19/97, de 7 de Maio:

- i) Director de serviços de Desenvolvimento Rural;
- ii) Director de Serviços de Veterinária.

2 — A indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, da composição do júri e dos métodos de selecção será publicada na bolsa de emprego público até ao 2.º dia útil após a data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

10 de Novembro de 2005. — O Director Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

Aviso n.º 10 664/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que se encontram abertos procedimentos concursais para provimento do cargo de direcção intermédia do 2.º grau a seguir indicados, constantes do mapa III a que se refere o n.º 2 do artigo 39.º do Decreto Regulamentar n.º 19/97, de 7 de Maio:

- I) Chefe de divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo;
- II) Chefe de divisão de Produção Agrícola;
- III) Chefe de divisão de Olivicultura, Vitivinicultura e Fruticultura.

2 — A indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, da composição do júri e dos métodos de selecção será publi-

citada na bolsa de emprego público até ao 2.º dia útil após a data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

10 de Novembro de 2005. — O Director Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica

Despacho n.º 24 292/2005 (2.ª série). — *Reconhecimento de técnicos em modo de produção biológico.* — Para os devidos efeitos se torna público que foi conferido a Sónia Maria da Silva Macedo o reconhecimento como técnica em modo de produção biológico na área da produção vegetal e produção animal, nos termos do Regulamento para o Reconhecimento das Organizações de Agricultores em Modo de Produção Biológico e dos Técnicos em Modo de Produção Biológico, aprovado pela Portaria n.º 180/2002, de 28 de Fevereiro, com a última redacção dada pela Portaria n.º 422/2003, de 22 de Maio.

O reconhecimento produz efeitos a partir do dia imediato da sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

31 de Outubro de 2005. — O Presidente, *C. Mattamouros Resende*.

Despacho n.º 24 293/2005 (2.ª série). — Nomeio em regime de substituição, considerando a vacatura do lugar, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a licenciada em Agronomia Maria Margarida Soares de Albergaria Ambar no cargo de chefe de divisão de Estruturação Agrária.

A presente nomeação é fundamentada na reconhecida aptidão da nomeada, a qual tem desenvolvido a sua actividade profissional na área do ordenamento fundiário; tem assegurado a coordenação de projectos de emparcelamento; actualmente é responsável pela implementação do projecto FARLAND no âmbito do Programa INTER-REG IIC, entre outros, conforme sinopse curricular anexa.

2 de Novembro de 2005. — O Presidente, *C. Mattamouros Resende*.

Sinopse curricular

Identificação — Maria Margarida Soares de Albergaria Ambar, nascida em 30 de Dezembro de 1964, na África do Sul, com nacionalidade portuguesa.

Habilitações académicas — licenciatura em Agronomia, ramo de Botânica e Fitopatologia, do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Experiência profissional:

Iniciou, em Julho de 1992, funções como engenheira agrónoma para a Divisão de Estruturação Fundiária (DEF), da Direcção de Serviços de Estruturação Fundiária e Topografia (DSEFT), da Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola (DGHEA), com um contrato de aquisição de serviços. Foi integrada no quadro do Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente (IHERA) em Agosto de 1998;

Iniciou as suas funções no Projecto de Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira (PAHCB), no apoio à coordenação das acções de emparcelamento em curso;

De Junho de 1993 a Março de 1995 substituiu a coordenadora do emparcelamento, tornando-se, assim, responsável pelas várias acções deste tipo em curso no PAHCB;

Coordenou os trabalhos de elaboração do estudo prévio de emparcelamento rural da freguesia da Luz;

Integrou a equipa técnica responsável pela elaboração do Projecto de emparcelamento rural da freguesia da Luz;

Desde 2004 efectua a coordenação da execução do Projecto, acompanhando e desenvolvendo diversos trabalhos técnicos; Participou na elaboração da proposta dos estatutos da Associação de Beneficiários da Luz;

Efectuou e colaborou no acompanhamento técnico da elaboração de planos de estruturação agrária, de estudos prévios e de projectos de ordenamento fundiário, da iniciativa de autarquias ou de particulares;

Integrou o grupo de trabalho constituído para actualizar as normas técnicas de elaboração de projectos de emparcelamento, que produziu o documento intitulado «Normas para a elaboração de projectos de emparcelamento integral da iniciativa das autarquias ou dos particulares», em vigor até à presente data;

Relativamente à participação em órgãos de emparcelamento, preside a comissões de trabalho e integrou diversas comissões de apreciação;

Elaborou processos e participou em comissões de abertura, de análise e júris de concursos públicos, limitados e de procedimentos com consulta prévia para aquisição de bens e serviços;